

# Reminiscência da família Mariano de Oliveira-Alvaro Machado

Carta do sr. Mucio Leão nas  
comunicadas a ALVARO DE OLIVEIRA  
em relação ao maior beneditino  
da família, trouxe-me compo-  
sições e o obrigou a escrever  
estas linhas que aí vão sobre o casal  
de José Mariano de Oliveira e  
seus filhos

Quando José Mariano de Oliveira  
nasceu-se no ano de 1843  
em uma Alameda de Menda-  
ça (Manduca), parenta do  
operário José Mendonça  
e esposa do professor Oscar  
Machado, mas em vez de ir residir  
no Palmital, como se tem dito,  
foi-se estabelecer em Rio Ma-  
rio de Saguerama, em casa de seu  
padrão, o sogro Ribeiro de Men-  
donça, que era ao tempo um  
pequeno lavrador e, portanto, pos-  
suidor de um grande número de  
crianças.

Logo depois de terem nascido ali  
os três primeiros filhos — Jo-  
aquim, João e José — que ele se  
transferiu para o Palmital, onde  
se estabeleceu com negócio de se-  
cos e molhados, fazendas, arma-  
mento e outros artigos.

Foi, creio que seu primeiro em-  
pregado meu pai, José Miguel  
de Amorim Machado, com quem ele  
estava durante seis anos e que  
me contou todo o ocorrido de que  
pretendo por a par os leitores.

Além de sua casa comercial,  
José Mariano tinha engenho de  
moinho e até 1867 foi ele na região  
e comerciante mais importan-  
te, e sempre um dos homens de  
maior reputação no município de  
Saguerama, embora afastado  
das lutas políticas.

Antes mesmo de seus filhos  
chegarem à época escolar, sua  
casa sempre advertia ao ma-  
ninho da imprescindível neces-  
sidade de obter no Rio de Janeiro um  
professor para os três primeiros  
filhos do casal, dada a distancia  
da sede, onde havia escola pú-  
blica.

Em 1863, José Mariano contratou  
o professor Gabriel Bernardes  
Prevot, de nacionalidade  
francesa, que se instalou em Pal-  
mital, onde encheu o ensino das  
primeiras letras, não só aos três  
filhos do casal acima referidos,  
como aos filhos de alguns fazen-  
deiros da localidade.

O professor era de um rigor a  
toda prova, e posso informar, pe-  
la boca de meu pai e do primo-  
pinto da família, que nas aulas  
de francês o mestre não con-  
sentia que os alunos usassem de  
sua língua para o menor enten-  
dimento.

E Prevot ficou com José Ma-  
riano de Oliveira creio que por  
mais de 4 anos, até que os seus 3  
filhos mais velhos completaram  
o curso primário, seguindo eles  
depois para o Rio, onde iram  
matriculados no colégio São Ben-  
to, hospedando-se, porém, nas  
próprias casas onde seu pai fa-  
zia suas transações comerciais.

Alberto, que nasceu em 1857 e  
que era o quarto filho varão,  
creio, não chegou a receber as  
primeiras lições desse professor.

Depois veio a guerra do Para-  
guai, crises apareceram que  
adiante serão conhecidas, e José  
Mariano de Oliveira começou en-  
tão a encontrar os primeiros ob-  
stáculos, que lhe não permitiram  
mais contratar professor parti-  
cular para os seus filhos.

A crise aumentou cada vez  
mais, periclitando a situação co-  
mercial de José Mariano, por mo-  
tivos de ordem geral e também  
pelo grande dispêndio que ele fa-  
zia com a educação dos filhos,  
pois a esse tempo ainda manti-  
nha no Rio os três filhos mais  
velhos fazendo o curso secundá-  
rio.

Em setembro de 1867 (estou  
aqui com os autos ao meu lado)  
a firma comercial de Augusto de  
Paiva Nogueira, da cidade do Rio  
de Janeiro, constituiu seu advo-  
gado o dr. Antonio Joaquim de  
Macedo Soares — o conselheiro  
Macedo Soares — que requereu a  
falência de José Mariano, que foi  
decretada pelo então juiz Muni-  
cipal de Saguerama — dr. Fran-  
cisco de Paula Marinho.

Foi nomeado Curador à massa

falida o próprio Macedo Soares,  
que procedeu à arrecadação dos  
bens, arrolou testemunhas, requereu  
exame pericial na escrita do  
falido e formulou quesitos.

José Mariano de Oliveira en-  
tregou todos os bens de seu es-  
tabelecimento comercial, objetos  
de seu uso particular e da es-  
posa, como sejam "seu relógio de  
prata dourada", camisas usadas,  
roupas, panfletos, garfos, facas, co-  
lheres, assucareiros, e até os ban-  
cos da escola existente. Uma ba-  
cia de lanho, de ferro batido, que  
servia à família, José Mariano en-  
tregou-a dizendo: "Incluem tam-  
bém esta bacia, pode dar alguma  
coisa", o que foi recusado.

Ele procedeu como o Barão de  
Mauá, que disse na sua falência:  
"Oliem, incluem também estes  
óculos, os aros são de ouro e po-  
dem dar alguma coisa".

Abriam-se as devassas na vi-  
da comercial de José Mariano de  
Oliveira, cumpriram-se diligen-  
cias, depuseram testemunhas. In-  
do os autos a Macedo Soares pa-  
ra dizer das causas da falência,  
com justiça, porém de maneira  
enérgica, deu ele o parecer se-  
guinte: "O exame dos livros, con-  
firmado por um lado a veraci-  
dade do que alegamos na petição  
de fls. 2, isto é, o mau estado dos  
negócios comerciais do falido,

revelou por outro a justiça do  
bom conceito em que este é tido  
como negociante da mais escru-  
pulosidade. E essa justiça, tam-  
bém, lhe fizemos nós; mas não  
cumpriríamos o nosso dever  
se deixássemos de dizer a ver-  
dade inteira acerca das causas  
desta falência. O falido não pro-  
veio que houvesse empregado toda  
a diligência, a diligência de quem  
negocia com capitais alheios, em  
compelir os seus devedores ao pa-  
gamento a tempo e a hora. Pa-  
rece mesmo que ele, pela sua  
bonhomia, atestada pelas teste-  
munhas todas que juraram neste  
processo, não tinha a enegista  
suficiente para deixar de vender  
a crédito a muita gente que o não  
acharia em casa de negociante  
mais avisado. Basta ver que nes-  
te ativo de 40 contos de réis,  
quase metade é consistente em  
dívidas, das quais só uma garan-  
tia com hipoteca (fls. 59); e  
mais da quarta parte em dívidas  
perdidas ou quase. Bem sabemos  
que o Cod. Com. não carrega em  
culpa o negociante a ser antes  
bom de mais do que malicioso,  
isto é, desconfiado em justos li-  
mites; mas a consideração que  
acatamos de fazer não perde o  
seu valor moral, e serviria talvez  
de salutar aviso ao falido quando  
por ventura tenha de prosseguir  
um dia, na sua profissão.

Do exame dos livros foram ve-  
rificados prejuízos na importância  
de \$1224000 (resposta ao 2.º  
quesito do Curador Fiscal) proveni-  
entes de casos fortuitos, e de cerca  
de 4 contos de réis provenientes  
de dívidas perdidas por insolvabili-  
dade de devedores ao falido (resp.  
ao primeiro quesito deste). Mas há uma ordem  
de prejuízos que não constam dos li-  
vros, mas constam da inquirição  
de testemunhas como coisa pú-  
blica e notória: é a escassez das  
colheitas, a qual tornou ruins al-  
guns devedores que antes davam  
esperança de solvabilidade; o  
mesmo fez com que o falido delatasse  
de auferir certos lucros que  
seriam outros tantos juros dos  
capitais alheios que lhe foram  
conferidos.

O falido foi depositário parti-  
cular de uma quantia recebida  
por ordem dos credores de An-  
tonio José Ferreira de Mendonça,  
dos quais ele era um. Não tendo  
aparecido em caixa esse dinheiro,  
chamou para este fato a atenção  
dos peritos (4.º quesito dos fls.  
116), e com eles pude verifi-  
car o destino que teve. Salu da  
caixa para o poder de Feliciano  
Duarte dos Santos Silva, também  
credor de Mendonça, e que com  
o falido fazia parte de uma co-  
mumhão dos credores deste para  
irem recebendo os dividendos que  
se fossem apurando.

Da instrução da parte criminal  
da falência, não consta que para  
ela ou com ela, concorresse ne-

nhuma das circunstâncias dos  
arts. 800 e 802 do Cod. Com., e  
nem do art. 801, com a só exce-  
ção do 212. Mas ao fato, só por si,  
de se não apresentar o falido no  
prazo fixado pelo art. 805, não  
liga a mínima importância desde  
que provado não esteja dos autos  
que se desse culpa ou fraude não  
previstas nos arts. 800 e 802.

Demais, a explicação dada pelo  
falido na sua defesa escrita fls.  
135, é satisfatória e, portanto,  
atendível em juízo; tanto mais  
que se corrobora com o que consta  
da inquirição, e do exame da es-  
crituração.

Concluindo: Causas naturais,  
muito sabidas do comércio e da  
lavoura, por um lado; prejuízos  
provenientes de casos fortuitos e  
imprevistos, por outro; e também  
a meu ver, em sua quarta parte  
a bonhomia do falido para com  
os seus devedores; tais me pare-  
cem que são as causas desta fa-  
lência, que, pois, deve ser julga-  
da casual; salvo melhor juízo dos  
dignos julgadores. O Curador Fis-  
cal, Antonio Joaquim de Macedo  
Soares", e José Mariano cumpriu  
rigorosamente o acordo feito com  
os seus credores e homologado por  
sentença, reabilitou-se dentro  
em pouco perante a praça, aban-  
donando definitivamente a vida  
comercial e dedicando-se ao ser-  
vício de construtor na mesma lo-  
calidade.

Em 13 de fevereiro de 1874, Jo-  
sé Mariano vendeu sua proprie-  
dade do Palmital, a Firmino da  
Costa Nunes, onde do respectivo  
título constam o engenho de café  
e ventilador, referidos pelo filho  
Alberto nas suas poesias dedica-  
das à terra natal.

Nessa intercência de fatos é  
que ele mandou para a escola de  
Saguerama, que dista mais de 15  
quilômetros, Alberto, Bernardo,  
Mariano e outros, estudar com o  
professor Eduardo de Almeida, os  
quais se hospedavam na casa de  
seu compadre e amigo, o solici-  
tador Couto.

Todas as semanas o irmão mais  
velho, Joaquim, os ia levar às se-  
gundas-feiras e buscar aos sábados,  
fazendo esse serviço a ca-  
valo.

Em 1878 José Mariano mudou-  
se para Itaboraí, nascendo ali a  
última filha do casal, Dona Adé-  
lia Mariano de Oliveira.

Em 1880 está, com toda famí-  
lia em Niterói, reconstruindo lo-  
go de início o teatro municipal e  
construindo diversos prédios, den-  
tre os quais um, na Alameda de  
São Boaventura, por determina-  
ção de Francisco de Oliveira Viana,  
pai do escritor Oliveira Vianna,  
onde este reside atualmente.

E poucos anos depois falecia  
José Mariano de Oliveira, deixan-  
do muitos de seus filhos profes-  
sores públicos, funcionários pú-  
blicos e até engenheiro civil, fi-  
cando sua esposa — Dona Ana  
Mariano de Oliveira — cercada  
da estima e do respeito de seus  
filhos.

Em 1893 Joaquim e Bernardo  
pegaram em armas na defesa da  
ordem legal, recebendo de sua  
mãe influência decisiva, que me-  
receu o registro de seu filho José  
— o positivista — no seu livro  
"Culto à Mulher".

Outra circunstância que revela  
as virtudes de Dona Ana Maria-  
no de Oliveira: ela levava para a  
sua companhia os netos — filhos  
de seus filhos menos afortunados  
— e mandava educá-los. Haja  
vista alguns deles que disputam  
posição no Exército, no funciona-  
lismo público federal e na magis-  
tratura fluminense.

Em 1912 foi visitar Dona Ana  
Mariano de Oliveira, e supondo  
encontrá-la alta, ao modo de to-  
dos os seus filhos, via-a baixinha,  
porém com aquela cor morena  
distintiva do Alberto e o sorriso  
de Joaquim e Bernardo.

Disse-me ela: Adélia paga-me  
a casa. José paga-me o armazém,  
e as outras despesas são distri-  
buídas com os meus outros filhos.

Outra face do Mariano de Oli-  
veira: quando se aproximavam  
as festas de Ano Bom eles se  
transportavam de Madalena, Sa-  
quarema, Porto Novo do Cunha,

e até do Estado do Paraná, e vi-  
nham todos reunir-se com a sua  
progenitora em Niterói, alugando  
os inesquecíveis bondinhos à tra-  
ção animal, e saindo com ela ao  
centro, a passeio pela cidade.

A família se compunha de 18  
irmãos e dentre eles não há um  
só que não seja figura equilibra-  
da; não há um agiota, um lavra-  
dor, fazendeiro, comerciante ou  
construtor que foram as profis-  
sões de seu próprio pai. Todos são  
homens de letras. É difícil, senão  
difícilimo, o encontrar-se tama-  
nhas coincidências em família  
tão numerosa.

Foram, sobretudo, unidíssimos,  
chegando mesmo a elegerem há  
muitos anos sua irmã Amélia ar-  
quivista da família.

O sr. Mucio Leão informou no  
seu comentário que o filho João  
Ribeiro de Oliveira fora poeta  
satírico. E de fato o foi, pois na-  
quele poema que Alberto escre-  
veu para a família, ele enxertou  
alguns versos com referência ao  
irmão Saturnino.

El-los:

"Saturnino era tão bruno  
E bravo que até Dona Nunes  
Para tentar sataná,  
Viera de Céu, se dizia.  
Parte com o Carpentier um dia  
Para Cachoeira e rapaz".

E vem o próprio Alberto, em  
seguida:

"Casou, Casou novamente,  
E é hoje tão diferente  
Lembra um pouco o ar de Gilcério,  
Pés de galinha no rosto;  
Fossus de Major o posto  
Usa cavalcão e é sério".

Outra poesia que João produ-  
ziu foi o "Testamento da Vaca".

A "vaca" era o nome que o  
poeta dera à Câmara de Saqua-  
rema numa certa época em que  
ele se batia na oposição à políti-  
ca local.

Outro poeta foi Mariano de  
Oliveira, que faleceu há pouco em  
Petrópolis. Seus versos são de  
inspiração sublime.

Vou reproduzi-los:

## SAQUAREMA

A Igreja se ergue ali no píncaro de um  
Do mar a vastidão, serena, domi-  
nando,  
Aves marinhas vão em numeroso  
Té onde alcança o olhar no fundo  
do horizonte.

Pescadores e a praia, as canoas e a  
Tudo a meus olhos vem, à infância  
recordando,  
E minha terra, aqui, vejo de quando  
em quando  
Quer seja em pleno sol ou quer o  
luzar despoite.

E, longe, muito além, resplande em  
Um ponto de ouro e luz através do  
lar sombrio,  
— O brilhante farol que há cem anos  
feztila —

Do barra ao Requeirão a lagoa se  
estende,  
E há uma saudade tal, que só quem  
lâma entende,  
De tempo que passei na encantadora  
Ilva.

80°

(A minha irmã Alzira)

Se alguém, vindo-te só, calado e  
triste,  
Fundida a fronte e os olhos rasos de  
lágrima,  
Quiser saber de ti se não existe

Não de dizer-lhe: Não!  
Prevenindo a coação.

Se alguém te perguntar se a mão  
dos anos  
Não achou remédio à tua amedida  
Hás de lhe responder que os de-  
sejos não se esquecem

Deixaram no teu peito uma saudade,

Uma saudade, sim,  
Que nunca há de ter fim.

Não de dizer-lhe mais que a linda  
frestes a  
Que iluminava tua doce vida  
Foi luzir no outro mundo e foi  
láquela  
Que, depois de uma acerba despedida,

Um dia o céu buscou  
E nunca mais voltou.

E com estas palavras encerro  
uma homenagem que presto a  
uma grande família de minha  
terra e, quicá, do Brasil, forne-  
cendo elementos para o estudo  
da família Mariano de Oliveira.



## NOTA SOBRE "O CONDE MORIN"

Em 1936, Le Lys Rouge, asso-  
ciação fundada em Paris por um  
grupo de admiradores de Anatole  
France, distribuiu aos seus mem-  
bros uma plaqueta de 56 páginas  
n.º 8, artisticamente impressa,  
edição de poucos exemplares e  
não destinada ao comércio. Ini-  
tialmente se a brochura "O Conde Mo-  
rin". Era uma pequena novela à  
Anatole France, não incluída por  
ele em nenhum de seus livros de  
contos, conquanto algumas de suas  
personagens já houvessem apare-  
cido nas páginas de "Pierre No-  
zière". A tradução dessa novela foi  
oferecida a "Autores e Livros",  
secretariado da Academia Brasileira  
de Letras, sócio de "Le Lys Rou-  
ge", de Paris, e um dos mais  
apaixonados "francistas" que há  
no Brasil.

"O Conde Morin", na tradução  
de Fred Novais, foi publicado em  
nossa edição de 9 de novembro de  
1941 (1.ª p. 267 e seq.).  
Como por um lado aquele nú-  
mero de "Autores e Livros" está  
completamente esgotado, e como,  
por outro lado, "O Conde Morin"  
constitue com efeito, uma das  
maiores novidades da bibliografia  
do editor francês, aqui reproduzi-  
mos, deite, neste número consa-  
grado ao centenário de Anatole  
France, a encantadora novelista-  
na.

## Ao Corpo Expedicionário Brasileiro

Ouçou os passos dos meus, transposto o grande mar-  
Firmes, batendo em terra africana.

Os continentes já são um só. E a mais meiga bandeira americana  
Ao sol do deserto, em face da Europa, começa a acenar!

Morenos rapazes,  
Irei convosco. Já não tardo senão um momento.

Será minha a vossa alegria; será meu vosso sofrimento;  
Minhas serão também vossas ações audentes.

O que dormia em mim de mais justo e mais forte,  
Desperta agora, ao vosso lado reclama vida!

— Morenos rapazes do Sul, morenos rapazes do Norte!

Convosco, na mesma longa marcha batida,  
Convosco tenho também um encontro com a morte  
No chão distante que espera o sangue da nossa ferida.

Lisbôa, 1944.

RIBEIRO COUTO